

NOSOUTROS E EL MUNDO – ESCREVIVÊNCIAS MIGRANTES

Proposta de intervenção em polo de apoio da rede UniCEU

Paula Renata S. Gomes Santino¹

Orientadora: Dr. Angelo Aparecido Sastre

RESUMO

O presente trabalho apresenta a organização do curso Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do ABC (UFABC). Uma proposta de Intervenção pedagógica em um polo de apoio presencial da rede UniCEU (polo Feitiço da Vila) enquanto estive coordenadora de polo entre os anos de 2020-2022. Durante este período percebi um número significativo de migrantes especialmente dos países latino-americanos que procuram o Centro Educacional Unificado para formações especialmente na língua portuguesa. Nesse sentido, foi idealizado esse projeto de intervenção no território do polo UniCEU Feitiço da Vila, entendendo como um direito humano o acesso a cultura, a linguagem em suas variadas formas as pessoas migrantes ou em situação de refúgio. Permitindo uma autonomia para os sujeitos que encontram barreira na comunicação.

Palavras-chaves: Autonomia; Direitos Humanos; Migrantes.

¹ Especialista em Educação e Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC.



INTRODUÇÃO JUSTIFICATIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

“Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha.

Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada”.

Eduardo Galeano – Livro dos abraços.

Reconhecendo-me em muitos lugares de identidade cada qual com seu marcador trazendo suas dores e delícias, escolhi um lugar que dialoga melhor com essa proposta de trabalho. O fato de ser filha de pais migrantes nordestinos, que viveram a dura realidade da fome, do trabalho infantil, e do cerceamento ao direito de estudar, contribuiu para o atravessamento desta temática em minha jornada profissional.

Quando meus pais chegaram a São Paulo, ambos não tinham sequer terminado o ensino fundamental, e, portanto, faziam parte daquela porcentagem alta de adultos analfabetos ou semianalfabetos. Cresci com minha mãe trazendo a minha memória o quanto duro foi para ela não ter tido acesso a escola e segundo ela, “todo o universo das letras e possibilidades que esse espaço permite”. Dessa forma, o incentivo dela aos meus estudos era algo extremamente rígido.

Sem dúvida essa foi a minha primeira experiência com a violação dos direitos humanos. Mas muitas violações foram presenciadas por mim. Como a violência contra a mulher, violência policial, violência contra crianças, violência no espaço escolar... Violência.

Enquanto docente da rede municipal de ensino meu caminho começa aos 24 anos, nos últimos seis anos de atuação, o maior período em que estive na sala de aula foi como docente na educação de Jovens e Adultos, durante três anos no CIEJA Campo Limpo. Naquele lugar fértil de encantos e encontros tive a oportunidade de viver as mais intensas



relações entre a educação e a cultura, contribuindo ativamente na construção e realização de projetos voltados a educação indígena e os saraus realizados e produzidos nas periferias, objeto que se tornou alvo da minha investigação no mestrado na PUC-SP (EHPS): “Poesia para existir e resistir: a experiência de escolas que desenvolvem saraus na educação básica de São Paulo”.

Quando me interessei em dar aulas na Educação de Jovens e Adultos sentia arder o chamado para alfabetizar aqueles e aquelas que lembrariam meus ancestrais que foram acessar a escola tardeamente ou nunca nem chegaram a pisar neste espaço fértil.

Sem dúvida meus pais e meus alunos da EJA não querem voltar para um passado de privações, sejam elas intelectuais, de alimentação, condições de trabalho... Para isso algumas pessoas crescem e se desenvolvem em meio aos movimentos de lutas sociais e desse modo, concordando com Freire, que nos ensina que a educação é política, e toda neutralidade tende a favorecer o sistema opressor, cheguei à conclusão que o passado histórico do Brasil das inúmeras desigualdades sociais continuam vivo e presente.

Muitas famílias seguem em suas gerações repetindo o ciclo de seus antepassados, e dessa forma, ou abandonando os estudos, ou sendo “expulsos” por uma escola despreparada para acolher e garantir a permanência de crianças, jovens e adolescentes pobres. É importante mencionar que na minha família materna e paterna fui a primeira a romper com o ciclo de analfabetismo e inacessibilidade ao ensino superior. Venho nos últimos anos rompendo vários círculos viciosos e ritualizando novos ciclos para as mulheres que virão depois.

Ao aceitar ser escolhida pelo magistério assumi que deveria fazer do ato de estudar uma ação de resistência e emancipação para mim e os meus. Nesse sentido, vivendo intensamente a escola, as faculdades e universidade, lembrando sempre de onde estou vindo e para onde quero ir. Isso só é possível quando conseguimos acessar direitos humanos básicos de educação e, portanto, acessar a história de um país. A memória é um direito humano potente, nos ajuda, a decidir, para onde não queremos voltar.

Meu interesse em observar o movimento de migração no Brasil e demais países da América latina atravessa a minha história enquanto filha de pais migrantes nordestinos. E nesse sentido, procurei permanecer atenta as demandas da minha vida pessoal e



profissional que dialogassem com essa temática.

No processo de formação dentro do espaço escolar e na universidade, meu contato com a relação entre cultura e educação especificamente a cultura indígena foi crescendo na medida em que ampliava meu interesse por essa temática. Durante as formações no CIEJA, o contato com intelectuais e professores comprometidos com a cultura indígena como Lucia Helena Rangel e Benedito Présia, e escritores indígenas de várias etnias como Olivio Jekupe, Auritha Tabajara, militantes como Sassá Tupinamba entre outros, foram direcionando o meu olhar para a questão das migrações na América latina, em especial as nossos vizinhos bolivianos e venezuelanos, nacionalidades cada vez mais presentes na cidade e na rede municipal de Ensino de São Paulo.

Esse movimento de interesse social e acadêmico aos temas das migrações internacionais tem colaborado significativamente para avanços legais.

No âmbito municipal, a Lei. 16.478/2016 estabelece como prioridade da Política Municipal para a População Imigrante a garantia a todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas migrantes do direito à educação na rede de ensino público municipal e considera no escopo da lei todas as pessoas migrantes independentemente de sua situação migratória e documental (CURRÍCULO DA CIDADE POVOS MIGRANTES, p. 61, 2021).

O reconhecimento dos direitos humanos das pessoas que migram ou estão em situação de refúgio no Brasil, assim como as pesquisas em andamento nessa temática, colabora para a criação e implementação legal. O Decreto 57.533/2016 além de regulamentar a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) traz em seu Artigo. 19º o direito de ingresso, permanência e terminalidade no processo educacional.

Em um mundo onde aproximadamente 272 milhões de pessoas residem em países diferentes do seu nascimento², o interesse acadêmico por temas a respeito dos processos migratórios pelo mundo e, sobretudo, na América latina, tende a continuar em ascensão, contribuindo com a construção legislativa, pedagógica e social em cidades como São

² DESA-ONU (Divisão de população do Departamento de Economia e Assuntos da Organização das Nações Unidas Apud CURRÍCULO DA CIDADE POVOS MIGRANTES, 2020.



Paulo.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Partindo da hipótese que a barreira e o acesso a linguagem dificultam os sujeitos migrante de outra nacionalidade, entendendo que o acesso a cultura, a socialização e a formação é um direito humano inalienável e considerando a demanda de atendimento dos polos UniCEU segundo o Decreto 56.877 de 2016, especialmente o item II do Art. 2º - “ofertar cursos de qualidade e gratuitos nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a ampliar o acesso ao ensino superior às populações de maior vulnerabilidade social em todas as regiões da cidade”, esse projeto tem como objetivo central ofertar formação em língua portuguesa aos nossos irmãos migrantes de diversas nacionalidades mas, sobretudo, nossos irmãos de fronteiras latinas, munícipes das imediações territorial do polo Feitiço da Vila, que passam a ser considerado público alvo deste projeto de intervenção.

Outro fator interessante a considerar na implementação deste projeto, dá-se ao fato de acessar o público-alvo adultos migrantes que fazem uso dos serviços públicos do CEU Feitiço da Vila em especial a Biblioteca, as U.E onde muitos tem seus filhos matriculados e os espaços de lazer e convivência do CEU.

É importante ressaltar, que em 2021 realizei a primeira formação “português para imigrantes” via SME/COPED/NTC – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL MIGRANTE. Nesse sentido, tal formação habilita o docente da RME a ministrar aulas de língua portuguesa destinado ao público migrante³. Portanto, este projeto faz-se em parceria COCEU-UNICEU e NTC-ÉTNICO RACIAL MIGRANTE assim como a formação lato senso em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do

³ A respeito da implementação do projeto em seu uso habitual pelos professores na U.E, após formação inicial, realiza-se em JEX. Entretanto, como a jornada do coordenador de polo refere-se a J40, entende-se que esse projeto sendo autorizado por COCEU e passando por avaliação da gestão do CEU (conselho e colegiado) irá se desenvolver dentro desta jornada (horário de trabalho do coordenador de polo 13h30min às 22h00min), estando em acordo com as exigências tanto de COCEU quanto COPED/NTC/ Núcleo Étnico Racial Migrante, participando de formações posteriores e apresentando as ações do projeto no território.



ABC (UFABC) o que tem oportunizado a construção desse projeto.

A respeito da UniCEU, é importante relembrarmos que sua implementação tem como objetivos oportunizar acesso à educação em nível superior Art.2º item II.

É neste cenário de oportunidade de acesso a formações de qualidade, que a UniCEU desde sua inauguração tem disponibilizado cursos de aperfeiçoamento, graduação, especialização, tecnológicos, técnicos e de extensão que dialogam com os direitos humanos, saúde e educação para as relações étnico-raciais e indígenas.

Dado sua atuação inicial, é importante lembrar que por meio de graduações em pedagogia e licenciaturas, atendendo ao item VI do Art. 2º do Decreto 5688 – “estimula-se a formação de profissionais para atender às demandas das redes públicas de ensino, especialmente em regiões em que há falta de profissionais da educação”. Nesse sentido, um dos objetivos desse projeto é viabilizar não apenas a formação em língua portuguesa aos migrantes, mas contribuir de forma que eles tenham oportunidade de acesso aos cursos de ensino superior ofertados pela rede UniCEU.

Por fim, ressalta-se que este projeto vai ao encontro do plano de ação do polo UniCEU Feitiço da Vila de 2021. Articulando sua realização com os objetivos do polo e do território CEU Feitiço da Vila. Vislumbrando futuras parcerias dos estudantes do polo eixo de licenciaturas UNIVESP com este projeto, reafirmando o compromisso de uma educação emancipadora embasada por uma ética amorosa, capaz de trazer acolhimento e formação a todos que participarão deste projeto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Ensino da língua portuguesa gramatical e oral;
- ✓ Trabalhar os conceitos dos direitos humanos;
- ✓ Valorizar as identidades culturais;
- ✓ Promover acesso aos serviços da UniCEU e do CEU aos migrantes do território Feitiço da Vila;
- ✓ Incentivar a produção da escrita como ferramenta terapêutica, considerando as vivências de luta e muitas vezes de violência que os migrantes carregam em suas



histórias;

- ✓ Promover saraus (pedagogia dos saraus) e rodas de leitura trabalhando com tradução de escritores da América Latina (tradução em português) e com autores brasileiros;
- ✓ Tornar o projeto parte da identidade do polo UniCEU Feitiço da Vila;
- ✓ Tornar o CEU Feitiço da Vila um polo da formação “português para imigrantes”
- ✓ Desenvolver parceria com a biblioteca e o núcleo de educação do CEU;
- ✓ Promover o acesso ao ensino superior e demais políticas públicas para os estudantes do projeto. Partindo da hipótese, que eles irão ou concluir os estudos em escolas brasileiras, ou conseguir validar suas documentações acadêmicas para os que tiverem.

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Valorizando a riqueza territorial que o espaço dos CEU's oferece a comunidade, uma das propostas para intervenção será oferecer formação para a comunidade local, valorizando todas as idades, sobretudo, a juventude. Além de valorizar a cultura local, por meio da literatura periférica, viabiliza-se o contato dos jovens com uma literatura que eles possuem um conhecimento prévio, pois muitas obras compartilham das experiências de quem se vive nos bairros afastados do centro de São Paulo.

Nesse sentido, o tema deste plano de aula que caracteriza como projeto de intervenção social, será “*NOSOUTROS Y EL MUNDO: ESCREVIVÊNCIAS MIGRANTES*”. Por meio da experiência da migração do público-alvo deste projeto, desenvolver atividades que contribua no ensino da língua portuguesa e sua fluência, valorizando as experiências e as identidades culturais dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO DOS ENCONTROS

Após a aprovação deste projeto tanto por COCEU-SME, quanto pela gestão do CEU Feitiço da Vila e os órgãos representativos como conselho gestor e colegiado, será



feita a divulgação da ação promovida pela UniCEU Feitiço da Vila com o objetivo de formação de turma para o projeto “português para imigrantes”.

A divulgação será realizada por meio de entrega de cartazes oficiais fornecidos por SME-COPED/NTC ÉTNICO RACIAL MIGRANTE, que deverá constar com os horários dos encontros formativos, o local de matrícula (polo UniCEU Feitiço da Vila). Esses cartazes serão entregues nas U.E do CEU Feitiço da Vila, considerando que muitos pais de alunos que frequentam essas unidades educacionais poderão vir a ser público-alvo deste projeto. Será feita divulgação nas U.E do entorno do território do CEU, assim como UBS.

Após esse primeiro momento, e tendo formado público para a primeira turma com sua matrícula no projeto efetivada, será feito o acolhimento aos participantes com uma atividade de sensibilização, podendo ser a exibição de um curta-metragem, documentário, leitura e declamação poética, entre outros.

Será feito uma sondagem diagnóstica tanto oral quanto escrita para identificarmos a necessidades dos estudantes, de acordo com o Art. 10 da portaria intersecretarial SMEDHC/SME No 002 de 2017. Todo o processo sempre será pautado pelo diálogo e valorização da presença dos participantes.

As aulas seguirão um planejamento semanal, e ocorrerão duas vezes na semana a princípio no horário noturno dentro da jornada de trabalho da coordenadora do polo responsável pelo projeto, considerando o horário de funcionamento do polo UniCEU e do CEU, seguindo o material produzido especialmente para o público-alvo disponibilizado pelos órgãos já mencionados nesse projeto.

Durante os encontros, atividades como oficinas de leitura e escrita, com a presença de escritores do próprio território, saraus, entre outras intervenções artístico-literário serão frequentes para isso contaremos com o apoio das bibliotecárias do CEU Feitiço da Vila e da coordenadora de educação.

AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Migrar assim como o ato de estudar ou obter conhecimento acerca de qualquer



assunto é um direito humano inalienável, assim como o acesso a espaços escolares que irão contribuir com esse processo trazendo novas possibilidades de aprendizagem e socialização. Sem mecanismos eficazes para proteção dos direitos fundamentais o ser humano torna-se vulnerável às opressões.

Nesse sentido, a avaliação desse projeto será contínua, formativa e crítica, sobretudo, a respeito da atuação da coordenadora de polo que irá desenvolver o projeto e suas parceiras bibliotecárias e coordenadora de educação do CEU Feitiço da Vila.

A voz dos estudantes migrantes, público-alvo deste projeto, também será o alicerce deste processo avaliativo. De modo que por meio de diálogos constantes seja possível investigar os sucessos do projeto e a melhoria do mesmo.

Os estudantes com voz ativa nesse processo terão liberdade e autonomia para indicar desejos tanto para o conteúdo metodológico do projeto, quanto para a organização dos encontros. A intenção é prezar pelo acolhimento, respeito à identidade cultural e subjetiva de cada indivíduo, oportunizando o acesso à língua portuguesa oral e escrita, a emancipação social dentro das suas expectativas e necessidades.

É importante lembrarmos como nos aponta Kerster, que desde o momento em que os homens passam a viver em sociedade a ideia de direito começa a existir entre eles, de modo que, “a preocupação da sociedade com os Direitos Humanos foi tão notória que hoje percebe-se sua consolidação no preceito de diversas constituições, inclusive a brasileira que garantiu plenamente a proteção aos direitos fundamentais do homem”. Portanto, fica claro que sua tutela é de suma importância para a justiça e paz social, além de emancipar-nos ainda que coletivamente, respeitando a subjetividade de cada ser humano.

Por fim, este projeto preza em articular duas políticas públicas em vigor na RME com o objetivo de potencializar as ações de formação e emancipação literária, social e pedagógica.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. A filosofia e os professores. In: Educação e emancipação. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

BRASIL. (MEC). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.034, de 20 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei no 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira. 2003.

BRASIL. Lei no 11.645 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. 2008.

BRASIL. Lei no 15.883 implantação do sistema universidade aberta do Brasil. 2013.

BRASIL. Decreto 56877. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Universidade nos Centros Educacionais Unificados - UniCEU da Prefeitura do Município de São Paulo, vinculados à Secretaria Municipal de Educação. 2016.

BRASIL. Decreto 57533. Regulamenta a Lei no 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. L&PM, Porto Alegre, 2004.

MAGALHÃES, M, Giovana; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: Fronteiras do direito à educação. Pro-Posições, n 1 (67), p. 43-63, Campinas, 2012.

MAGALHÃES, M, Giovana. Fronteiras do direito humano à educação. Um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 2010. Entre muros e passagens. Imigração, refúgio e mobilidades no debate educativo do global ao local. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019.



SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: povos migrantes – orientações pedagógicas. 2021.

SÃO PAULO (Município). Portaria Intersecretarial SMDHC/SME No002, 2017.

